



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 06/XIV/2.^a SL

11.março.2021 – 14:15 | Sala 3

MESA E COORDENADORES DOS GRUPOS PARLAMENTARES

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2021, às 14h00, reuniu a Mesa, os Coordenadores dos Grupos Parlamentares e o Deputado da IL, da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, conforme folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Comunicações do Presidente

2. Procedimentos da Comissão

3. Outros assuntos

1. Comunicações do Presidente

O Presidente da Comissão, tendo presente a informação elaborada pelos serviços sobre a audição da candidata representante do GP PAN previamente à sua indicação para o Conselho Nacional de Educação, questionou se a Comissão pretendia realizar a audição.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs que fosse feita a audição prévia da candidata, mantendo o procedimento que tinha sido adotado para os restantes candidatos. A Deputada Ana Mesquita (PCP) propôs igualmente que fosse feita a audição, até por ir ter a mesma duração do mandato dos restantes representantes dos Grupos Parlamentares, que tiveram audição prévia em 2017, sem prejuízo de a Comissão reponderar a matéria aquando da indicação para novo mandato. As Deputadas Ana Rita Bessa (CDS-PP), e Cláudia André (PSD) manifestaram também concordância com a realização de audição prévia da candidata.

Após serem equacionadas várias hipóteses, a audição prévia da candidata foi marcada para o dia 17/3, às 14h15.

O Presidente da Comissão colocou depois em apreciação a proposta de Ordem do Dia (OD) para 16 de março.

A Deputada Cláudia André (PSD) discordou dessa OD, considerou-a muito extensa e equacionou a hipótese de se fazerem 2 reuniões da Comissão numa semana, uma para audições e outra para os restantes assuntos.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) concordou que a OD é extensa, mas discordou da marcação de 2 reuniões numa semana, defendendo que esse procedimento é contraditório em relação às regras de limitação de reuniões fixadas pelo Presidente da Assembleia da República (PAR).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) discordou de se marcar mais de 1 reunião por semana, por contrariar as indicações do PAR e criar dificuldades de articulação de agenda no caso dos Deputados que pertencem a várias Comissões e argumentou que a Comissão não tem atrasos que tornem necessária a marcação de mais reuniões. Fez ainda sugestões de adiamento de alguns pontos, nomeadamente da audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

A Deputada Ana Mesquita (PCP) manifestou preocupação e pediu atenção para o caso dos Deputados que pertencem a várias comissões, tendo apelado a outras soluções para os eventuais atrasos dos trabalhos. Defendeu depois a audição do CRUP e do CCISP com urgência e propôs que a discussão dos projetos de resolução sobre a escola da Trafaria fosse agendada para depois de 16/3.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs adiar a apreciação dos projetos de voto para uma reunião posterior a 16 de março.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que se prevê que o volume de trabalhos da Comissão será sempre elevado, nomeadamente, com muitos requerimentos para audições, projetos de resolução e projetos de voto (em relação a desportistas, associações do setor e temáticas da ciência), tendo referido que terá de haver uma avaliação dos trabalhos caso a caso. Manifestou depois discordância em relação à realização de duas reuniões da Comissão numa semana. Defendeu também que seja agilizado o funcionamento da Comissão, com sensibilidade perante as urgências e reduzidos os tempos de intervenção, fazendo apelo à capacidade de síntese dos oradores. Considerou ainda que a audição do CRUP e do CCISP é mais urgente do que a do estudo sobre ensino à distância.

A Deputada Cláudia André (PSD) concordou com o adiamento dos projetos de resolução sobre a escola da Trafaria e dos projetos de votos. De seguida, discordou da realização das audições de petição previstas para as reuniões seguintes, nomeadamente para 23/3, propondo que haja um intervalo maior entre o término do prazo para pronúncia das entidades e a realização das audições. Solicitou depois que as Ordens do Dia das reuniões em que haja audições sejam simplificadas e só tenham outros assuntos se estes forem sem grande discussão e urgentes, manifestou que o ideal era que as Ordens do Dia chegassem na 5.ª feira e solicitou que se houver pedidos dos GP para introduzir novos pontos, urgentes, os mesmos sejam colocados no fim da OD.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs uma OD para 16 de março e pediu a estabilização de procedimentos.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou que é difícil fechar a OD na 5.ª feira, porque os GP habitualmente apresentam novas iniciativas nesse dia.

2. Procedimentos da Comissão

A Deputada Ana Mesquita (PCP) solicitou que haja estabilidade nas OD e não sejam distribuídas OD com novos pontos posteriormente, só sendo introduzidas alterações nas comunicações do Presidente. Propôs depois que os pedidos feitos aos Coordenadores, para pronúncia sobre matérias discutidas numa reunião, sejam enviados em conjunto, num único email e que quando é dado conhecimento da distribuição de um projeto de resolução, para além de se questionar se é pretendida a sua discussão na Comissão ou no Plenário, se pergunte igualmente se é para agendar de imediato ou se aguarda indicação do proponente para o seu agendamento. Propôs ainda que se houver necessidade de pronúncia urgente dos Coordenadores sobre determinada matéria,

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

particularmente para enviar iniciativas para votação, se assinale esse facto, e manifestou discordância em relação à indicação de que a falta de resposta será considerada como aceitação.

O Presidente da Comissão referiu que nos termos do artigo 100.º do Regimento da Assembleia da República, particularmente do seu n.º 2, «a ordem do dia é fixada por cada comissão parlamentar ou pelo seu presidente, ouvidos os representantes dos grupos parlamentares na comissão parlamentar», pelo que a OD é enviada aos coordenadores para se pronunciarem e se fazer a sua estabilização, só havendo alterações posteriores por pedido dos GP e nas comunicações do Presidente. Nesta sequência, pede a ponderação dos GP antes da validação da OD, não acrescentando pontos para depois pedirem o seu adiamento.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) considerou que o Presidente tem poder para fixar a ordem de precedência dos pontos da OD e a fazer de forma funcional.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que quem tem uma visão integrada das matérias pendentes é o Presidente e a Mesa e são eles que podem melhor fixar os trabalhos, podendo em caso de dificuldade contactar os Coordenadores, eventualmente por telefone e se necessário marcar uma reunião da Mesa e Coordenadores.

O Presidente da Comissão referiu que o número de pontos adiados na reunião do dia 10 de março foi extremamente elevado e invulgar e que por regra só há pedido de adiamento de um número reduzido de pontos.

Transmitiu depois o seguinte em relação aos procedimentos da Comissão:

- A Mesa tem desenvolvido esforços para agilizar o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, cumprir os prazos estabelecidos (nomeadamente para elaboração de pareceres de iniciativas na generalidade e fazer as apreciações na especialidade) e dar sequência aos restantes trabalhos, tendo sempre em conta as indicações dos Deputados;
- Desde a última reunião de Coordenadores, passou a enviar-se a OD previamente aos mesmos, para fazerem propostas de alteração ou validarem a OD;
- Após envio da OD aos Deputados, só são inseridos pontos posteriores por solicitação dos GP;
- O ponto das comunicações do Presidente, em que são incluídas as baixas de iniciativas, pedidos de audiência, etc, por regra, é atualizado até à véspera da reunião;
- Sugere que os pedidos de adiamento de pontos e os pedidos de inserção de novos pontos sejam comunicados pelos Coordenadores previamente à reunião, com conhecimento a todos os Coordenadores, para mais rápida organização da agenda de todos;
- O envio de documentos aos Coordenadores com o estabelecimento de prazos de resposta – que desejavelmente não devem ser inferiores a 24 horas - visa permitir dar sequência aos trabalhos com fluidez, particularmente no caso da falta de resposta;
- Normalmente, quando um ponto é adiado numa reunião, é indicado que passa para a OD da reunião seguinte.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) realçou que estava a ser manifestada confiança no Presidente para a organização dos trabalhos, tendo em conta as indicações transmitidas pelos GP e salientou que tal como a Deputada Ana Mesquita (PCP) contesta o envio de comunicações aos Coordenadores com a indicação de que a não resposta no prazo estabelecido será considerada como aceitação tácita.

3. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 15:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de março de 2021.

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 23 de março de 2021.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Carla Sousa
Cláudia André
Firmino Marques
Joana Mortágua
Tiago Estevão Martins